



EDITAL DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO DEMANDANTE	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025	PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2025
OBJETO	
contratação de empresa especializada nos serviços de agente integrador de estágios remunerados, visando a seleção e a administração da concessão de estágios nas dependências da contratante, à estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino médio e superior, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Lagoa Grande – PE, no período de 12 meses.	
TIPO	CRITÉRIO DE JULGAMENTO
MENOR PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	Global
MODO DE DISPUTA	
ABERTO E FECHADO	
CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO	
Possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste edital e seus anexos.	
ACESSO AO EDITAL E LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO	
A sessão de julgamento ocorrerá na plataforma www.bnc.org.br , onde também ficará disponível o presente instrumento convocatório (edital) e seus anexos.	
DATA DE INÍCIO E ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS	
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO	RESPONSÁVEL PELO EDITAL
Bolsa Nacional de Compras (BNC) - www.bnc.org.br	Jucineide Marques de Oliveira
REGISTRO DE PREÇO	EXCLUSIVO PARA ME/EPP
NÃO	NÃO
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	
O licitante deverá observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da proposta, atentando, também, para o início da disputa. Todas as referências de tempo neste edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o horário oficial de Brasília/DF.	

O Município de Lagoa Grande e a Agente de Contratação, designada pela Portaria nº 006/2025, de 09 de janeiro de 2025, declaram que se acha aberta a Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **"MENOR PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO"**, tendo como critério de julgamento o **"MENOR PERCENTUAL"**, no modo de disputa **"ABERTO E FECHADO"**. A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016, além do Decreto Municipal nº 006/2024, de 01 de fevereiro de 2024, do disposto no presente edital e seus anexos. A sessão pública será conduzida pela Agente de Contratação, com auxílio da Equipe de Apoio, conforme portaria acima citada, objetivando a contratação/aquisição do objeto adiante descrito:

1. DO OBJETO

O presente certame tem como objeto a contratação de empresa especializada nos serviços de agente integrador de estágios remunerados, visando a seleção e a administração da concessão de estágios nas dependências da contratante, à estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino médio e superior, destinados a atender as necessidades da Secretaria

AV. da Uva e do Vinho nº 40 – 1 andar – Centro – Lagoa Grande – PE.
Fone (87) 3869-9665



Municipal de Educação do Município de Lagoa Grande – PE, no período de 12 meses.

Nível Médio/Superior com CARGA-HORARIA: 30 horas semanais					
NÍVEL	QUANT.	VALOR DA BOLSA	TAXA ADM. DE	AUX. TRANSPORTE	VALOR DA BOLSA + AUXÍLIO TRANSPORTE + TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
Médio/Superior	200	R\$ 630,50	4,52%	50,00	R\$ 711,26

2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DA SESSÃO

2.1. A licitação será Global, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação caso seja de seu interesse.

2.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2.3. O edital está disponível no sítio eletrônico da Bolsa Nacional de Compras (BNC) - www.bnc.org.br

2.4. O certame será realizado por meio da plataforma Bolsa Nacional de Compras (BNC), no endereço eletrônico www.bnc.org.br.

DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

3.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 25 de março de 2025, às 08h00min.

3.2. ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 04 de abril de 2025, às 07h00min.

3.3. INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 04 de abril de 2025, às 08h00min.

3.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo Sistema será observado o horário de Brasília/DF.

3.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 24h (vinte e quatro horas) a contar da respectiva data.

4. DO ENDEREÇO E HORÁRIOS DE EXPEDIENTE

4.1. PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE/PE – SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS – Endereço: Avenida da Uva e do Vinho, nº 40, Centro, Lagoa Grande/PE, CEP:56.395-000.

4.2. Horário de expediente do setor: das 10h às 14h.

5. DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1. Poderão participar do certame as pessoas físicas ou jurídicas interessadas que estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do portal Bolsa Nacional de Compras (BNC) - www.bnc.org.br.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos

AV. da Uva e do Vinho nº 40 – 1 andar – Centro – Lagoa Grande – PE.

Fone (87) 3869-9665



praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema relacionado no item 5.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5. Não poderão disputar esta licitação:

5.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

5.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

5.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

5.6. O impedimento de que trata o item 5.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



5.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.5.2 e 5.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.9. O disposto nos itens 5.5.2 e 5.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.11. A vedação de que trata o item 5.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço.

6.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.4.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (desesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição;

6.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº



14.133/2021.

6.6. O fornecedor enquadrado como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4.2 ou 6.4.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese da fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;

7.1.2. Indicar marca de cada item ofertado onde couber;

7.1.3. Fabricante de cada item ofertado onde couber;

7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento/execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o



proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

8.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

8.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.

8.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.7. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

8.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

8.9. Durante a sessão pública de disputa, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao agente de contratação e nem aos demais participantes.

8.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.



8.12. O agente de contratação poderá, excepcionalmente, durante a disputa, tendo com base o art. 21, §4º, da IN73/22, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

8.13. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto e fechado"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.14.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos sub itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto e fechado"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.15.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.15.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.15.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.16.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.16. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"fechado e aberto"**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.16.1. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, poderão os licitantes que apresentaram as 03 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.16.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



8.16.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.16.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.16.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.16.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.20. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24h (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

8.23.1. Nessas condições, as propostas de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.23.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.23.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo



estabelecido no subitem anterior.

8.23.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

8.25.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.25.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.25.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.26.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.26. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.26.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.26.2. Empresas brasileiras;

8.26.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.26.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.27.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.27.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.28.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.27.4. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie sua proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, e os documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.



8.27.5. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.28. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta vencedora.

9. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.3.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado por falta de condição de participação.

9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o agente de contratação verificará se faz jus ao benefício.

9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.6.1. Contiver vícios insanáveis;

9.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.7.2.1. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta do arrematante, através da planilha de composição de custos unitários, no prazo de até 02 (duas) horas.



9.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10. Ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo agente de contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste edital, a proposta do licitante será recusada.

9.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o agente de contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Toda documentação de habilitação que trata o item 10 deste edital, deverão ser encaminhados via sistema, quando solicitado pelo agente de contratação apenas do arrematante, no prazo de até 30 (trinta) minutos, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) minutos se solicitado e caso o agente de contratação entenda como pertinente.

10.3. Da Habilitação Jurídica(pessoa jurídica)

10.4.1. Registro comercial ou documento equivalente, no caso de empresário individual;

10.4.2. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.4.2.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da



consolidação respectiva.

10.4.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

10.4.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.4.1. Documento de identificação do proprietário ou dos sócios da empresa licitante.

10.5. Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

10.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), mediante apresentação do cartão do CNPJ, extraído da internet;

10.5.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, do domicílio ou da sede da licitante, relativo à atividade objeto do certame;

10.5.3. Alvará de funcionamento da empresa licitante, dentro do prazo de validade;

10.5.4. Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.5.5. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

10.5.5.1. É prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a Certidão de débitos relativos à créditos tributários e dívida ativa da união - CND, conforme Portaria 1.751/2014 -SRCB/PGFN.

10.5.6. Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

10.5.7. Comprovação de situação regular junto aos cadastros da administração pública, mediante apresentação da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, obtida no endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

10.5.8. Comprovação de situação regular, relativa aos seus sócios, ou da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis, junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas obtidas no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>;

10.5.9. Comprovação de situação regular, relativa aos seus sócios, ou da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis, junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA, disponível no endereço eletrônico http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

10.5.10. As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo fixado, deverão estar datadas dos últimos 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública.

10.5.11. As ME/EPP deverão apresentar Declaração de Enquadramento, conforme modelo constante no ANEXO III deste edital, como também toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43 da LC nº 123/06.



10.5.12. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de ME/EPP será assegurado a estas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação e apresentação de novas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.5.13. A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

10.5.14. Em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156, da Lei nº 14.133/2021, é facultada à administração convocar as licitantes remanescentes para a assinatura da ata ou revogar a licitação.

10.6. Da Qualificação Econômico-financeira

10.6.1. A qualificação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

10.6.1.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.6.1.3. Para as empresas optantes pelo Simples Nacional, poderá essas apresentar o extrato do Simples Nacional do último ano (mês a mês) em substituição ao balanço;

10.6.1.4. Certidão Negativa de Processo Judicial Eletrônico (PJE) da sede da Pessoa Jurídica para fins de participação em licitação, dentro do prazo de validade constante no documento.

10.7. Da Qualificação Técnica

10.7.1. A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

10.7.2. Declaração que cumpre, em sua integralidade, os dispositivos da Lei Federal nº 9.854/1999 e do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, no que se refere ao trabalho de menores.

10.8. Todos os documentos deverão estar em nome da licitante proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, observando ainda o que segue, conforme preceitua a legislação vigente.

10.9. Se o proponente for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

10.10. Se o proponente for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.11. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.12. Assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para



a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo.

10.13. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (art. 64 da Lei 14.133/2021 e art. 39, §4º, da IN 73/2022)

Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos.

10.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas (ME) e das Empresas de Pequeno Porte (EPP) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão



recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico deste Município.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de prego, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.5. Fraudar a licitação;

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;



12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de até 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos



itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, na forma eletrônica, pela plataforma: www.bnc.org.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico (Bolsa Nacional de Compras - www.bnc.org.br).

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de contratação.

14.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste instrumento convocatório.

14.10. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Bolsa Nacional de Compras (BNC), com endereço eletrônico: www.bnc.org.br.

14.11. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.11.2. ANEXO II - Modelo de proposta de preço;

14.11.4. ANEXO III - Modelo de declaração formal;

14.11.5. ANEXO IV - Modelo de declaração que não emprega menor.

Lagoa Grande/PE, 19 de março de 2025.

Jucineide Marques de Oliveira

Responsável pela elaboração



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa especializada nos serviços de agente integrador de estágios remunerados, visando a seleção e a administração da concessão de estágios nas dependências da contratante, à estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino médio e superior, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Lagoa Grande – PE, no período de 12 meses.

Nível Médio/Superior com CARGA-HORARIA: 30 horas semanais					
NÍVEL	QUANT	VALOR DA BOLSA	TAXA DE ADM.	AUX. TRANSPORT E	VALOR DA BOLSA + AUXÍLIO TRANSPORTE + TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
Médio/Superior	200	R\$ 630,50	4,52%	50,00	R\$ 711,26

1.2 Paranível (médio) Magistério ou normal médio terá que estar no último ano

1.3 para nível (superior) a partir do 3º período

1.4 Valor da Bolsa do Estágio R\$ 630,50 (seiscentos e trinta reais e cinquenta centavos)

1.5 Valor do auxílio do transporte R\$ 50,00

1.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, trouxe mudanças consideráveis no processo de contratação de estágio remunerado. Tais mudanças implicam a reformulação do programa de estágio até então adotado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE**, em especial no que se refere ao gerenciamento dos estagiários.

2.2 O recrutamento, a seleção e o gerenciamento de estagiários demandam recursos de tempo e de pessoal, comprometendo o andamento das atividades mais relevantes do Município, o que justifica a contratação de agente de integração para gerenciar todo o processo de contratação de estagiários.

2.3 A contratação pretendida está respaldada na Lei 11. 788/08 que possibilita, em seu art. 50 que as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

2.4 A despesa solicitada ainda se justifica, haja vista a oportunidade da Secretaria de Educação do Município oferecer vagas de estágio por entender que estas vagas oportunizam aprendizado e preparo para o mercado de trabalho aos candidatos que ingressam na empresa e realizam o estágio pelo tempo indicado. Para tanto, necessita de um Agente Integrador, que realize a interface entre as instituições de ensino médio/superior e a contratante, na busca dos candidatos interessados e na administração do contrato dos mesmos.

2.5 A inclusão de alunos com deficiência exige um acompanhamento especializado, além de estratégias pedagógicas e administrativas adequadas para cada tipo de necessidade. Isso exige

AV. da Uva e do Vinho nº 40 – 1 andar – Centro – Lagoa Grande – PE.

Fone (87) 3869-9665



um número maior de profissionais, *ou seja*, necessitamos de mais estagiários que atuem diretamente nas salas de aula, para auxiliar tanto na adaptação do conteúdo, quanto na organização de atividades específicas para esse público.

2.6 Assim, em virtude do crescente aumento do número de matrículas no município e da crescente demanda de alunos com deficiência, é fundamental reforçar a equipe de monitores estagiários para atender esses estudantes, de forma eficaz, proporcionando uma assistência personalizada e qualificada. É notório que com o suporte desse profissional, estaremos garantindo que as práticas pedagógicas sejam desenvolvidas com excelência.

2.7 Atualmente, a Rede Municipal de Educação conta com um total de 371 alunos com deficiência matriculados. Desses, 231 são alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que necessitam de um acompanhamento especializado dentro de sala de aula para o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, motoras e sociais. Esse acompanhamento é essencial para que esses estudantes tenham acesso pleno à educação, respeitando seus direitos constitucionais, como a garantia de um ensino inclusivo e de qualidade, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão e na Constituição Federal. Além disso, o número de alunos que utilizam o transporte escolar também tem crescido, o que demanda a presença de monitores para garantir a segurança e o bem-estar de todos os estudantes, tanto típicos quanto atípicos, durante o trajeto. A presença de monitores é fundamental para assegurar que todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades específicas, recebam o suporte necessário, prevenindo qualquer situação de risco ou desconforto durante o transporte.

2.8 Diante desse cenário, é evidente que o número atual de profissionais e estagiários não é suficiente para suprir todas as demandas emergentes. A ampliação do número de estagiários permitirá que a Rede Municipal de Educação ofereça um atendimento de qualidade, garantindo que todos os alunos, incluindo os com deficiência, possam desenvolver seu potencial dentro da escola e no transporte escolar, de acordo com suas necessidades individuais.

2.9 A condução dessa política pública, por meio de uma atuação tripartite, entre este Município, a instituição de ensino e o agente integrador é o que assegura que o objetivo primordial seja alcançado, isto é, que se cumpram as diretrizes estabelecidas na legislação de regência, pela busca de um adequado amparo ao estudante, o que propicia a este "aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o mercado de trabalho" (§ 2º, art. 1º Lei nº 11.788/2008). Por essa razão a necessidade de contratar um agente integrador.

2.10 Portanto, solicitamos a ampliação na contratação de estagiários para fortalecer as equipes de apoio pedagógico e de monitoramento, com a finalidade de assegurar a plena inclusão, o desenvolvimento e a segurança de todos os alunos da Rede Municipal de Educação

3.OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA DE ESTAGIO

3.1 Possibilitar experiência prática na linha de formação, por meio da realização de estágio curricular, observadas as competências institucionais específicas da Secretaria de educação Prefeitura Municipal de Lagoa Grande, para estudantes regularmente matriculados e com frequência em instituições de ensino superior/médio na região.

3.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS

3.2.1 Proporcionar a complementação educacional de discentes, mediante experiência nas práticas voltadas à formação profissional;

3.2.2 Propiciar cenários apropriados à aplicação dos conhecimentos teóricos, com a participação na execução das tarefas que compõem os programas de trabalho da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande, através da Secretaria Municipal de Educação onde for realizado o estágio.

3.2.3 Favorecer a obtenção de conhecimento técnico sobre o contexto organizacional e questões sociais, favorecendo uma compreensão maior e melhor do papel da cidadania.



4. DO ESTAGIO

4.1 A realização do estágio dar-se-á mediante Termo de Compromisso celebrado entre o estudante, a Prefeitura Municipal de Lagoa Grande e a Instituição de Ensino, do qual deverão constar os seguintes requisitos mínimos:

Cadastrar, recrutar, pré-selecionar e encaminhar a Prefeitura Municipal de Lagoa Grande os candidatos às vagas de estágio oferecida pela mesma, observada a legislação vigente;

Emitir o Termo de Compromisso de Estágio;

Contratar o seguro contra acidentes pessoais para o estagiário previsto em lei;

Buscar promover a integração entre a CONCEDENTE e as INSTITUIÇÕES DE ENSINO, conciliando os requisitos por elas estabelecidos;

Realizar o acompanhamento administrativo do estágio;

Cadastramento, recrutamento e encaminhamento de estudantes;

Realizar capacitações;

Disponibilizar Sistema de gestão online de estágio;

Qualidade e agilidade na identificação de talentos para a modelagem de futuros profissionais;

Orientação a respeito das questões legais de estágio;

Gestão e Repasse das bolsas de estágio para a conta corrente dos estagiários.

4.2 A Carga Horária do estágio deverá compatibilizar-se com o horário escolar do estudante e com o horário da parte em que venha ocorrer o estágio, e será estabelecida no Termo de Compromisso de Estágio, não superior a 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, de estudantes dos diversos níveis de ensino, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo das atividades discentes do estagiário.

4.3 O estudante receberá a título de bolsa, para 30 (trinta) horas semanais e complementando 30 dias, o valor de R\$ 630,50 (seiscentos e trinta reais e cinquenta centavos) e auxílio transporte de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

4.4 Será considerada, para efeito de cálculo do pagamento da bolsa, a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se os dias de faltas não justificadas.

4.5 Para fazer jus ao estágio o aluno deverá estar regularmente matriculado e frequentando efetivamente um dos cursos vinculados à estrutura do ensino público ou privado, oficiais ou reconhecidos.

4.6 O estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza entre a concedente e o estudante estagiário.

5. ESTRATEGIAS DE AÇÃO

5.1 O Agente de Integração deverá ser veículo para intercâmbio entre a Prefeitura Municipal de Lagoa Grande e as instituições de ensino, objetivando a oferta de oportunidades de estágio a estudantes regularmente matriculados e com frequência em cursos de educação médio e superior, de forma a viabilizar a indicação de estudantes e o acompanhamento da execução do



Programa de Estágio.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

6.1. Recursos orçamentários e financeiros para o atendimento da despesa de que trata este processo.

Unidade Orçamentaria	Ação	Elemento despesas	Despesa	Fonte
9001	2.79	33.90.18	123	15001001 (RP)

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 Após a apresentação da Nota fiscal e certidões negativa da empresa e após atesto do setor competente, o pagamento ocorrerá em até o 10º (décimo) dia útil.

7.2A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O preenchimento das vagas de bolsa de estágio ocorrerá de acordo com as necessidades da Secretaria de Educação, devendo esta, após assinatura do contrato, repassar ao Agente de Integração contratado, mensalmente, o valor referente à bolsa e ao vale transporte dos estagiários, bem como o valor referente à taxa de administração (percentual sobre o valor pago a cada estagiário), na qual estarão inclusos todos os custos relativos à prestação dos serviços, estando entre eles:

8.1.1. Articulação com as instituições de ensino para divulgação das vagas oferecidas;

8.1.2. Acompanhamento do estagiário nas instituições de ensino;

8.1.3. Apoio aos supervisores de estágio;

8.1.4. Acompanhamento dos estagiários no decorrer de seu contrato;

8.1.5. Eventuais treinamentos de atualização, reciclagem e correlatos às atividades desenvolvidas pelo estagiário;

8.1.6. Eventuais treinamentos sobre a legislação pertinente ao contrato de estágio;

8.1.7. Apoio psicológico ao estagiário;

8.1.8. Tributos;

8.1.9. Encargos sociais;

8.1.10. Seguro para o estagiário.

8.2. É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços prestados pelo agente integrador.



8.3. O valor mensal a ser pago à contratada corresponderá ao número efetivo de estudantes em estágio em cada mês, multiplicado pelo valor da taxa de administração ofertada na licitação.

9. DA VIGENCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.10 Prazo de Vigência da Contratação será 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura, sendo admitida a sua prorrogação na forma do artigo 107 da Lei nº. 14.133/2021.

9.2. Este contrato poderá ser prorrogado, com os seguintes requisitos:

9.2.1. Haja interesse da Secretaria de Educação;

9.2.2. Exista previsão no instrumento convocatório e no contrato;

9.2.3. Exista recurso orçamentário para atender a prorrogação;

9.2.4. O contrato tenha sido regularmente cumprido;

9.2.5. Haja concordância do contratado;

9.2.6. O contratado mantenha as condições de habilitação;

9.2.7. O contratado não esteja cumprindo sanções restritivas do direito de licitar.

9.2.8. O termo aditivo seja formalizado enquanto vigente o contrato;

9.2.9. Haja autorização da autoridade competente.

9.3. O prazo de que trata esta cláusula, poderá ser suspenso, caso ocorra:

9.3.1. Paralisação da entrega determinada pela contratante, por motivo não imputável à contratada;

9.3.2. Por motivo de força maior

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Formalizar as oportunidades de estágio, em conjunto com a contratada, atendendo as condições definidas pelas instituições de Ensino para a realização dos Estágios;

10.2 Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

10.3 Receber os estudantes interessados e informar a contratada os nomes dos aprovados para o estágio;

10.4 Indicar funcionário do seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso de estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

10.5 Assinar o Termo de Compromisso do estágio, e os respectivos aditivos;

10.6 Elaborar, semestralmente, para todos os estagiários, os relatórios de atividades circunstanciados, dando vista obrigatória dos referidos documentos aos respectivos estagiários;



10.7 Informar à contratada a rescisão antecipada de qualquer Termo de Compromisso de estágio, para as necessárias providências de interrupção dos procedimentos administrativos a cargo da contratada;

10.8 Confirmar a formalização do processo de contratação do estagiário, não permitindo o início do estágio sem o recebimento do respectivo Termo de Compromisso, devidamente assinado pelas três partes;

10.9 Manter em arquivo e à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

10.10 Cumprir com todas as responsabilidades, como Contratante, indicadas no Termo de Compromisso do estágio, zelando pelo seu cumprimento;

10.11 Promover, por intermédio do servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada. A existência de fiscalização da contratante de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da contratada por qualquer serviço mal executado;

10.12 Efetuar o pagamento à contratada na forma e no prazo estabelecido no Contrato.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Manter contratos específicos com as instituições de Ensino, observando o que estabelece o art. 7º da Lei nº 11.788/08 no que se refere às obrigações das referidas instituições, contendo as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio de seus alunos;

11.2 Obter da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande a identificação e características dos programas e das oportunidades de estágio a serem concedidas;

11.3 Encaminhar a Prefeitura Municipal de Lagoa Grande os estudantes cadastrados e interessados nas oportunidades de estágio;

11.4 Promover o encaminhamento dos estudantes para realização de atividades aprovadas pelas Instituições de Ensino, compatíveis com a etapa e a modalidade do curso de formação do estudante;

11.5 Preparar toda a documentação legal referente ao estágio, incluindo Termo de Compromisso a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Lagoa Grande e a Instituição de Ensino;

11.6 Contratar seguro contra acidentes pessoais, em favor dos estagiários, ou assegurar que a Instituição de Ensino o faça;

11.7 Disponibilizar mecanismos de controle semestral dos relatórios de atividades preenchidos pelo supervisor de estágio da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande;

11.8 Encaminhar para a Instituição de Ensino relatório individual de atividade, assinado pelo supervisor e pelo estagiário;

11.9 Controlar a informação e disponibilizar para a Prefeitura Municipal de Lagoa Grande e para a Instituição de Ensino a conclusão da formalização do Termo de Compromisso de estágio;

11.10 Controlar e acompanhar a atualização do plano de atividades, que ocorrerá por meio de termos aditivos ao Termo de Compromisso;

11.11 Controlar e acompanhar a elaboração do relatório final de estágio, de responsabilidade do supervisor da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande;

11.12 Notificar a Prefeitura Municipal de Lagoa Grande qualquer irregularidade na situação escolar dos estagiários, sempre que informada pela Instituição de Ensino;

AV. da Uva e do Vinho nº 40 – 1 andar – Centro – Lagoa Grande – PE.

Fone (87) 3869-9665



11.13 Efetuar mensalmente o pagamento do auxílio-bolsa e do auxílio-transporte aos seus estagiários contratados, mediante a transferência dos recursos efetuada pela Prefeitura Municipal de Lagoa Grande;

11.14 Efetuar o controle de frequência e horas de atividade realizadas pelos estagiários, para fins de elaboração de folha de pagamento do auxílio-bolsa e do auxílio-transporte, bem como para certificação ao final do estágio;

11.15 Entregar, ao término do estágio, o certificado e o termo de realização com indicação resumida das atividades envolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

11.16 Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.17 Em nenhuma hipótese poderá ser cobrada do estudante taxa referente às providências administrativas para a realização do estágio;

11.18 Constituem ainda obrigações da CONTRATADA:

11.18.1 Cadastrar, recrutar, pré-selecionar e encaminhar a Prefeitura Municipal de Lagoa Grande os candidatos às vagas de estágio oferecidas pela mesma, observada a legislação vigente;

11.18.2 Emitir o Termo de Compromisso de Estágio;

11.18.3 Contratar o seguro contra acidentes pessoais para o estagiário, previsto em lei;

11.18.4 Buscar promover a integração entre a CONCEDENTE e as INSTITUIÇÕES DE ENSINO, conciliando os requisitos por elas estabelecidos;

11.18.5 Realizar o acompanhamento administrativo do estágio;

11.18.5 Cadastramento, recrutamento e encaminhamento de estudantes;

11.18.6 Realizar capacitações;

11.18.7 Disponibilizar Sistema de gestão online de estágio;

11.18.8 Qualidade e agilidade na identificação de talentos para a modelagem de futuros profissionais;

11.18.9 Orientação a respeito das questões legais de estágio;

11.18.10 Gestão e repasse das bolsas de estágio para a conta corrente dos estagiários;

11.18.11 Os serviços objeto desta contratação deverão ser realizados na sede da Secretaria Municipal de Educação de Lagoa Grande e suas dependências;

11.18.12 A prestação/execução do serviço dos estagiários poderá iniciar em até 01 (um) dia útil após a assinatura do contrato de prestação de serviços, mediante solicitação da Sede da Secretaria Municipal de Educação;

11.18.13 Enviar indicação de candidatos, previamente selecionados, em até 10 (dez) dias corridos, após abertura da vaga, pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Lagoa Grande;

11.18.14 Elaborar contrato em até 03 (três) dias úteis, após comunicação de aprovação do candidato, pela Secretaria Municipal de Educação.

12. DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



12.1 A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;

12.2 Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

12.3 A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

12.4 Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

12.5A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117, caput, da Lei nº 14.133/2021).

12.6O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119 da Lei nº 14.133/2021).

13. DAS SANÇÕES

13.1 As sanções administrativas aplicáveis à espécie são aquelas previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021 e a recusa do adjudicatário em assinar a ata/contrato, dentro do prazo estabelecido pelo contratante, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo contratante, estabelecendo-se, desde logo, o seguinte:

a) Advertência por escrito;

b) Multa.

c) Impedimento de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, por até 3 (dois) anos, conforme dispõe o art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

d) Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme dispõe o art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

a) Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

b) Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

c) Paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;

d) Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

e) Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;



f) Prestação de serviço de baixa qualidade ou fornecimento de bens de baixa qualidade.

13.3 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas em lei.

13.4 A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos à contratada.

13.5 As sanções também poderão ser aplicadas àquele que:

a) Apresentar declaração ou documentação falsa;

b) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

c) Não mantiver a proposta;

d) Falhar ou fraudar a execução do futuro contrato;

e) Comportar-se de modo inidôneo;

f) Cometer fraude fiscal;

g) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame.

h) Deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou tumultuar o certame.

14. DA GESTÃO DO CONTRATO

14.10 contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas dispostas da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.30 órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos na forma do disposto no art. 117, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.6 O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

14.7 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

AV. da Uva e do Vinho nº 40 – 1 andar – Centro – Lagoa Grande – PE.

Fone (87) 3869-9665



15. DO REAJUSTE

15.1 O preço consignado no Contrato será corrigido anualmente, observando o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para a apresentação da proposta pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCP/IBGE):

15.2 Os valores consignados em Ata de Registro de Preços ou no Contrato poderão ser alterados nos termos do artigo 104, inciso I, §2º da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovado o desequilíbrio econômico financeiro, devendo o contratado manter sua proposta pelo período mínimo de 60 (sessenta) dias após sua apresentação;

15.3 Para a solicitação e comprovação do reequilíbrio econômico-financeiro a Adjudicatária ou Contratada deverá:

a) apresentar nota(s) fiscal(is) emitida(s) em data próxima à apresentação da proposta e outra de emissão atual (data de solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro);

b) Indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro;

c) Sem a apresentação das informações acima, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

d) O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inc. XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

15.4 A solicitação de aplicação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser efetuada antes da emissão da ordem de compra.

16. DA LIQUIDAÇÃO

16.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) O prazo de validade;

b) A data da emissão;

c) Os dados do contrato e do órgão contratante;

d) O período respectivo de execução do contrato;

e) O valor a pagar; e

f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

16.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



16.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação por e-mail, sendo de sua responsabilidade o acompanhamento pelo mesmo, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

16.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.7 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa. Todo andamento do processo será encaminhado por email, ficando a empresa com a responsabilidade pelo acompanhamento.

16.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1 Garantia contratual será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

18. DO PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado mensalmente à CONTRATADA, até o 10º décimo) dia útil, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, compreendida nesse período a fase de ateste da mesma.

18.2 Os recursos destinados ao pagamento do auxílio-bolsa e do auxílio-transporte aos estagiários serão transferidos pela Prefeitura Municipal de Lagoa Grande à Contratada, mensalmente, através de crédito em conta bancária, mediante apresentação de fatura mensal por parte da contratada, acompanhada de relação nominal dos estagiários e respectivos valores do auxílio-bolsa e do auxílio-transporte.

18.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

87.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

87.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

19.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, na modalidade aberto e fechado.



19.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

19.3 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita AV. da Uva e do Vinho n.º 40 – 1 andar – Centro – Lagoa Grande – PE.
Fone (87) 3869-9665



Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]*e*[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* e *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* e *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

19.4 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

19.5 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo]

19.6 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

19.7 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos. (art. 69, §6º, da Lei nº 14.133/2021)

19.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



Qualificação Técnica

19.9 A empresa apresente: Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante fornece ou forneceu bens de natureza compatível com o(s) objeto(s) do(s) lote(s) arrematado(s).

19.10 As licitantes deverão apresentar, junto aos demais documentos de habilitação, a documentação a seguir a título de comprovação de sua qualificação técnica para a execução do objeto:

19.11 Declaração, de que quando da assinatura do contrato, terá estrutura administrativa e técnica adequadas, para atender todas especificações e exigências contidas neste Termo de Referência.

19.12 Pelo menos 01 (um) atestado ou certidão de capacidade técnica que comprove ter a licitante prestado ou que esteja prestando, a contento e com qualidade os serviços objeto deste TR.

Lagoa Grande/PE, 20 de fevereiro de 2025.

Jossilene Nunes de Souza Ramos Primo
Portaria 076/2025
CPF. 705.127.284-53



**ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXXX/2025**

À

PREFEITURAMUNICIPALDE_____/UF

AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO,

A empresa, inscrita no CNPJ nº, com sede na Rua/Av., abaixo assinada por seu representante legal, propõe a este Município o fornecimento dos produtos do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

Descrição da proposta:

Declaro que nos preços propostos estão incluídos todos os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, montagem, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto desta licitação.

Validade da proposta:

Prazo de entrega do objeto:

Dados:

Nome para contato:

Telefone para contato:

E-mail para contato e envio da Nota de Empenho:

(LOCAL/DATA)

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXXX/2025

Pela presente, DECLARAMOS, sob as penas da Lei, que esta Empresa em qualquer fase de suas atividades, não utiliza trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 68, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações. Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente Declaração.

(LOCAL E DATA)

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL)

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATUAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025

CONTRATO Nº XXX/2025

Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE/PE**, por intermédio da PROCURADORIA DO MUNICÍPIO, e a empresa _____, na forma abaixo:

O MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.731/0001-75, com sede na Avenida da Uva e do Vinho, nº 40 – Centro – Lagoa Grande/PE, por intermédio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxx, com sede na xxxxxx - centro, Lagoa Grande/PE, neste ato representado pelo procurador, a Sr. xxxxxxxx, residente e domiciliada na cidade de Lagoa Grande/PE, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, tel.: _____, e-mail: _____, neste ato representada por _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na cidade de _____, de ora em diante denominada **CONTRATADO(A)**, celebram o presente contrato com amparo na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 006/2024, observando-se o que consta no processo administrativo acima epigrafado, mediante as cláusulas a seguir enumeradas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

contratação de empresa especializada nos serviços de agente integrador de estágios remunerados, visando a seleção e a administração da concessão de estágios nas dependências da contratante, à estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino médio e superior, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Lagoa Grande – PE, no período de 12 meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO EXECUÇÃO

2.1. O prazo de início da execução é de até 15(quinze) dias, contados da ordem de serviço.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigencia contratual será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado se assim for da vontade das partes.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O valor mensal é de R\$ xxxxxxxx, perfazendo o total anual de R\$ _____ (_____).

Nível Médio/Superior com CARGA-HORARIA: 30 horas semanais					
NÍVEL	QUAN T.	VALOR DA BOLSA	TAXA ADM.	AUX. TRANSPORTE	VALOR DA BOLSA + AUXÍLIO TRANSPORTE + TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

4.2. Já estão inclusos no preço todos os encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.



4.3. Após a apresentação da Nota fiscal e certidões negativa da empresa e após atesto do setor competente, o pagamento ocorrerá em até o 10º (décimo) dia útil.

4.4. O pagamento será creditado em favor do contratado através de ordem bancária, observado o banco indicado na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

4.5. O contratado deverá apresentar **ao Setor Financeiro da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande**, para fins de recebimento das faturas mensais, os seguintes documentos atualizados:

- a) Certidão negativa de débitos relativos a tributos Federais e a Dívida Ativa da União fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os tributos federais e a Dívida Ativa da União (DAU);
- b) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda do Estado ou Distrito Federal;
- c) Certidão de regularidade expedida junto a Fazenda Municipal da sede ou domicílio da empresa;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), fornecida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

4.6. O pagamento somente será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome do(a) contratado(a).

5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Os recursos financeiros para pagamento das despesas decorrentes do presente Contrato serão provenientes da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentaria	Ação	Elemento despesas	Despesa	Fonte
9001	2.79	33.90.18	123	15001001 (RP)

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contado da data do orçamento estimado.

6.2. Os preços contratados poderão ser reajustados, em atendimento a pedido expresso do(a) CONTRATADO(A), que somente poderá ser apresentado ao CONTRATANTE a partir do dia seguinte àquele no qual estejam completos 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme o caso, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. O percentual de reajuste que eventualmente venha a ser deferido será pelo IPCA ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do pedido de reajuste e somente será devido da data do pedido de reajuste em diante.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. Nas ocasiões em que o(a) CONTRATADO(A) for consultada acerca da existência de interesse na AV. da Uva e do Vinho nº 40 – 1 andar – Centro – Lagoa Grande – PE.
Fone (87) 3869-9665



prorrogação da avença, deverá ressalvar, sob pena de preclusão, em termos expressos, o direito ao reajuste do preço do contrato.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma o(a) CONTRATADO(A), haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada o IGPM, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações do CONTRATANTE:

8.1. Formalizar as oportunidades de estágio, em conjunto com a contratada, atendendo as condições definidas pelas instituições de Ensino para a realização dos Estágios;

8.2 Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

8.3 Receber os estudantes interessados e informar a contratada os nomes dos aprovados para o estágio;

8.4 Indicar funcionário do seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso de estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

8.5 Assinar o Termo de Compromisso do estágio, e os respectivos aditivos;

8.6 Elaborar, semestralmente, para todos os estagiários, os relatórios de atividades circunstanciados, dando vista obrigatória dos referidos documentos aos respectivos estagiários;

8.7 Informar à contratada a rescisão antecipada de qualquer Termo de Compromisso de estágio, para as necessárias providências de interrupção dos procedimentos administrativos a cargo da contratada;

8.8 Confirmar a formalização do processo de contratação do estagiário, não permitindo o início do estágio sem o recebimento do respectivo Termo de Compromisso, devidamente assinado pelas três partes;

8.9 Manter em arquivo e à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

8.10 Cumprir com todas as responsabilidades, como Contratante, indicadas no Termo de Compromisso do estágio, zelando pelo seu cumprimento;

8.11 Promover, por intermédio do servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada. A existência de fiscalização da contratante de modo alguma terna ou exime a responsabilidade da contratada por qualquer serviço mal executado;

8.12 Efetuar o pagamento à contratada na forma e no prazo estabelecidos no Contrato.

8.2. São obrigações do CONTRATADO:



8.2.1. Manter contratos específicos com as instituições de Ensino, observando o que estabelece o art. 7º da Lei nº 11.788/08 no que se refere às obrigações das referidas instituições, contendo as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio de seus alunos;

8.2.2 Obter da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande a identificação e características dos programas e das oportunidades de estágio a serem concedidas;

8.2.3 Encaminhar a Prefeitura Municipal de Lagoa Grande os estudantes cadastrados e interessados nas oportunidades de estágio;

8.2.4 Promover o encaminhamento dos estudantes para realização de atividades aprovadas pelas Instituições de Ensino, compatíveis com a etapa e a modalidade do curso de formação do estudante;

8.2.5 Preparar toda a documentação legal referente ao estágio, incluindo Termo de Compromisso a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Lagoa Grande e a Instituição de Ensino;

8.2.6 Contratar seguro contra acidentes pessoais, em favor dos estagiários, ou assegurar que a Instituição de Ensino o faça;

8.2.7 Disponibilizar mecanismos de controle semestral dos relatórios de atividades preenchidos pelo supervisor de estágio da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande;

8.2.8 Encaminhar para a Instituição de Ensino relatório individual de atividade, assinado pelo supervisor e pelo estagiário;

8.2.9 Controlar a informação e disponibilizar para a Prefeitura Municipal de Lagoa Grande e para a Instituição de Ensino a conclusão da formalização do Termo de Compromisso de estágio;

8.2.10 Controlar e acompanhar a atualização do plano de atividades, que ocorrerá por meio de termos aditivos ao Termo de Compromisso;

8.2.11 Controlar e acompanhar a elaboração do relatório final de estágio, de responsabilidade do supervisor da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande;

8.2.12 Notificar a Prefeitura Municipal de Lagoa Grande qualquer irregularidade na situação escolar dos estagiários, sempre que informada pela Instituição de Ensino;

8.2.13 Efetuar mensalmente o pagamento do auxílio-bolsa e do auxílio-transporte aos seus estagiários contratados, mediante a transferência dos recursos ;

8.2.14 Efetuar o controle de frequência e horas de atividade realizadas pelos estagiários, para fins de elaboração de folha de pagamento do auxílio-bolsa e do auxílio-transporte, bem como para certificação ao final do estágio;

8.2.15 Entregar, ao término do estágio, o certificado e o termo de realização com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

8.2.16 Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.17 Em nenhuma hipótese poderá ser cobrada do estudante taxa referente às providências administrativas para a realização do estágio;

8.2.18 Constituem ainda obrigações da CONTRATADA:

8.2.18.1 Cadastrar, recrutar, pré-selecionar e encaminhar a Prefeitura Municipal de Lagoa Grande os candidatos às vagas de estágio oferecidas pela mesma, observada a legislação vigente;



8.2.18.2 Emitir o Termo de Compromisso de Estágio;

8.18.3 Contratar o seguro contra acidentes pessoais para o estagiário, previsto em lei;

8.18.4 Buscar promover a integração entre a CONCEDENTE e as INSTITUIÇÕES DE ENSINO, conciliando os requisitos por elas estabelecidos;

8.18.5 Realizar o acompanhamento administrativo do estágio;

8.18.5 Cadastramento, recrutamento e encaminhamento de estudantes;

8.18.6 Realizar capacitações;

8.18.7 Disponibilizar Sistema de gestão online de estágio;

8.18.8 Qualidade e agilidade na identificação de talentos para a modelagem de futuros profissionais;

8.18.9 Orientação a respeito das questões legais de estágio;

8.18.10 Gestão e repasse das bolsas de estágio para a conta corrente dos estagiários;

8.18.11 Os serviços objeto desta contratação deverão ser realizados na sede da Secretaria Municipal de Educação de Lagoa Grande e suas dependências;

8.18.12 A prestação/execução do serviço dos estagiários poderá iniciar em até 01 (um) dia útil após a assinatura do contrato de prestação de serviços, mediante solicitação da Sede da Secretaria Municipal de Educação;

8.18.13 Enviar indicação de candidatos, previamente selecionados, em até 10 (dez) dias corridos, após abertura da vaga, pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Lagoa Grande;

8.18.14 Elaborar contrato em até 03 (três) dias úteis, após comunicação de aprovação do candidato, pela Secretaria Municipal de Educação.

9. CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. De acordo com os arts. 155, 156 e 162 da Lei n. 14.133/2021, o(a) CONTRATADO(A) ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Multa, nas condições e percentuais estabelecidos no Termo de Referência;

Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta municipal, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

9.2. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ao(à) CONTRATADO(A), ou cobrado judicialmente.

9.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" desta cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

9.4. A penalidade prevista na alínea "c" desta cláusula será aplicada ao(à) CONTRATADO(A), nos casos previstos nos incisos II a VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

9.5. Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o CONTRATANTE

AV. da Uva e do Vinho nº 40 – 1 andar – Centro – Lagoa Grande – PE.

Fone (87) 3869-9665



poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo, oportunizando ao(a) CONTRATADO(A) o exercício do contraditório e da ampla defesa.

9.6. As penalidades serão obrigatoriamente, para efeito de publicidade, registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), e a sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para o(a) CONTRATADO(A), na forma da lei.

9.7. Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pelo(a) CONTRATADO(A) deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais, podendo ser digitalizados e/ou em versões reconhecidas por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do CONTRATANTE, não serem avaliados.

9.8. Quando houver provimento da defesa prévia, do recurso ou na hipótese de a Administração reconsiderar, de ofício, a decisão que aplicar a penalidade, os valores retidos cautelarmente serão devolvidos ao interessado.

9.9. Não sendo possível a retenção do valor presumido da multa, a empresa penalizada será oficiada para realização do pagamento em 10 (dez) dias.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte do(a) CONTRATADO(A), assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

10.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, constituem motivos para a extinção deste contrato:

O não cumprimento ou cumprimento irregular de normas estabelecidas pelo Termo de Referência ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
O desatendimento às determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade.

10.3. Caso o(a) CONTRATADO(A) venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste contrato, desde que sua execução não seja afetada e que o(a) CONTRATADO(A) mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

10.4. Ao CONTRATADO é reconhecido o direito de extinção do contrato, nos termos do artigo 137, §2º, da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se, no que couber, as disposições dos arts. 138 e 139 do referido diploma legal.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O acompanhamento e fiscalização seguirá através do servidor xxxxxxxxxxxx .

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1. Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas características do objeto.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS

O preenchimento das vagas de bolsa de estágio ocorrerá de acordo com as necessidades da Secretaria de Educação, devendo esta, após assinatura do contrato, repassar ao Agente de Integração contratado, mensalmente, o valor referente à bolsa e ao vale transporte dos estagiários.

8.2. É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços prestados pelo agente integrador.

AV. da Uva e do Vinho nº 40 – 1 andar – Centro – Lagoa Grande – PE.
Fone (87) 3869-9665



8.3. O valor mensal a ser pago à contratada corresponderá ao número efetivo de estudantes em estágio em cada mês, multiplicado pelo valor da taxa de administração ofertada na licitação.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão resolvidos pelas partes, no que couber, observadas as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, regulamentos e demais normas administrativas municipais, além dos princípios gerais de direito.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O CONTRATADO não terá direito a qualquer indenização, se ocorrer, provisória ou definitivamente, a suspensão da execução deste contrato, por culpa sua, assegurando-lhe, porém, no caso da rescisão por motivos alheios a sua vontade e sem infração de quaisquer cláusulas e condições contratuais, o pagamento de forma proporcional aos serviços efetivamente executados.

15.2. As partes contratantes obrigam-se a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores.

15.3. Na execução do objeto ora ajustado, o(a) CONTRATADO(A) será responsável por todas as obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias, seguros, taxas e impostos, acaso envolvidos, especialmente por qualquer vínculo empregatício que venha a se configurar, inclusive indenizações decorrentes de acidente de trabalho.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Lagoa Grande, Estado de Pernambuco, como competente para dirimir toda e qualquer dúvida decorrente deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

17.1. O extrato do presente contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme dispõe o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

E, assim, por estarem de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo assinadas, em quatro vias de igual teor e forma, para que produza os seus legais efeitos.

Lagoa Grande/PE, ____ de ____ de 2025.

xxxxxxxxxx
CONTRATANTE

(RAZÃO SOCIAL)
(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)
CONTRATADO(A)
TESTEMUNHAS:

1) Nome: _____
CPF nº _____

2) Nome: _____
CPF nº _____